

Leonardo Dondoni Dutra¹
 Júlio Cesar Albuquerque Bastos²

Atuação regional da firma bancária em um contexto de elevada desigualdade regional. O caso do Brasil: 2000-2012

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar as estratégias diferenciadas da firma bancária de gestão do ativo em um contexto de elevada desigualdade de produto/renda, em termos regionais, para o período 2000-2012. Os indicadores foram construídos com base nos dados das *Estatísticas Bancárias por Municípios* do Banco Central do Brasil. Mostra-se inicialmente a desigualdade na distribuição do crédito no Brasil e, em seguida, as estratégias diferenciadas de gestão do ativo pelos bancos a nível regional por intermédio da desagregação da variável crédito em termos de maturidade de suas concessões. Conclui-se que, movida em direção a uma maior preferência por liquidez, ancorada pela sua percepção quanto a um futuro incerto e baseada na expectativa reinante da lógica do mercado, a firma bancária discrimina sua atuação regional em busca de uma maior rentabilidade em termos de ativo. Tal fato acaba por criar prerrogativas para inserção de políticas públicas para ocupar esse hiato financeiro e promover a expansão econômica regional.

Palavras-chave

firma bancária; desigualdade regional; preferência pela liquidez; crédito regional.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present the different strategies used by banking firms to manage assets within a context of high levels of regional product/income inequality, covering the period from 2000 to 2012. The indicators used are based on data provided by the Central Bank of Brazil in its Estatísticas Bancárias por Municípios (Banking Statistics per Municipality) report. The article begins by outlining the inequality of credit distribution in Brazil. It then shows the different asset management strategies adopted by banks on a regional level, through the breakdown of the credit variable in terms of the maturity periods of its concession. The conclusion is that, guided by a greater preference for liquidity, which is in turn based on a perception of an uncertain future and on the prevailing expectations of market logic, banks tend to discriminate in terms of their regional operations in search of better returns on assets. This fact ends up creating prerogatives for the adoption of public policies aimed at filling this financial void, and at promoting regional economic expansion.

Keywords

banking firm; regional inequality; liquidity preference; regional credit.

1. Economista da Eletrobras, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (PPGE-UFF).

2. Professor Adjunto da UFF.

1. Introdução

A concessão de crédito é considerada na tradição keynesiana como de fundamental importância para o funcionamento de economias modernas.³ Ao ofertar crédito, a firma bancária, utilizando de sua prerrogativa singular de captadora de depósitos junto ao público, cria moeda. Na tradição keynesiana a moeda não é neutra, pois afeta o nível de produção e, conseqüentemente, o volume de emprego e renda. Essa não neutralidade decorre da hipótese de que decisões são tomadas sob incerteza não probabilística (distinta de risco), e, portanto, comportamentos racionais são pautados por uma preferência pela liquidez. Tal hipótese permite afirmar que mesmo a autoridade monetária injetando moeda na economia, nada garante que os volumes de emprego e renda gerados sejam os de equilíbrio de pleno emprego, pois, uma parte da oferta de moeda depende do estado de preferência pela liquidez dos bancos. Assim, economias monetárias são propensas a gerar desemprego e tanto maior será esta propensão quanto maior for a preferência pela liquidez de bancos implicando maior racionamento do crédito.

Nessa perspectiva, presume-se que o desenvolvimento do setor bancário exerce um papel proeminente no processo de crescimento e no desenvolvimento econômico de um país ou internamente em suas regiões. Um aprofundamento dessa tese sobre o papel dos bancos em economias monetárias conduz à interpretação de um crescimento desigual de regiões como relacionado ao desenvolvimento desigual do setor bancário e de sua atuação diferenciada no território. Assim, pode-se dizer que o crescimento desigual entre regiões de um mesmo país pode ser explicado pelo fato de que regiões mais desenvolvidas tendem a apresentar menor preferência pela liquidez e melhores oportunidades de investimento e conseqüentemente de expansão da riqueza, do que regiões menos desenvolvidas economicamente (DOW, 1982, 1990).

Assim, o desenvolvimento desigual das regiões também pode ser associado como conseqüência dos volumes de crédito ofertado pelas firmas bancárias, as quais agem conforme a preferência pela liquidez de suas filiais nas diversas regiões onde atuam. Com base na concepção pós-keynesiana de preferência pela liquidez distinta por região, Crocco e Figueiredo (2010), analisando o balanço contábil das agências bancárias, concluíram que existem evidências a assinalar o fato de o sistema bancário atuar de

3. Keynes (1930) discutiu com profundidade o papel dos bancos e o problema da liquidez mostrando que bancos não são meros repassadores de poupança, mas têm uma atuação ativa no sistema produtivo. Com a introdução do princípio da demanda efetiva na *Teoria Geral do Emprego, Juro e da Moeda* (1936), Keynes inverteu o papel da poupança como fonte de fundos para os investimentos em relação ao pensamento econômico dominante à época. Esta inversão na relação de causalidade entre poupança e investimento trouxe profundas conseqüências para o entendimento de como bancos e firmas interagem, e, portanto, sobre o papel do sistema bancário no desenvolvimento de um país ou região. Assume-se assim que a oferta de crédito é um importante propulsor do crescimento econômico na medida em que fornece corpo de sustentação à demanda agregada.

forma heterogênea no espaço reforçando as desigualdades regionais existentes de desenvolvimento da economia.

De forma a contribuir com o tema, este estudo busca apresentar os comportamentos diferenciados da firma bancária observados na gestão do ativo em termos regionais para o período 2000-2012. Com base em variáveis construídas por intermédio do banco de dados *Estatísticas Bancárias por Municípios* – ESTBAN,⁴ disponível no sítio internet do Banco Central do Brasil, objetiva-se mensurar a desigualdade alocativa regional do sistema bancário brasileiro, bem como as principais estratégias diferenciadas na gestão do ativo em termos regionais.

Uma das contribuições deste estudo é a opção por desagregar a variável crédito em termos de maturidade com a intenção de se expor a racionalidade da atuação dos bancos comerciais, nas regiões, sob a lógica do mercado concorrencial. Observa-se que, movida em direção a uma maior preferência por liquidez, a firma bancária discrimina sua atuação regional em busca de uma maior rentabilidade por ativo operando com maior ênfase na parte mais curta, em termos de prazos, da variável crédito. Como medida complementar, políticas públicas como o crédito direcionado e o crédito destinado a agricultura se mostraram eficazes no preenchimento da lacuna, na parte mais longa em termos de prazos, não ocupada pela lógica do mercado concorrencial bancário.

Constata-se também que, como medida defensiva, a firma bancária direciona parte de seus ativos a posições mais líquidas – como os Títulos e Valores Mobiliários, quando da ocorrência do aumento das provisões de operações de crédito, o que em tese impacta negativamente em seu lucro econômico. Como resultado, conclui-se que a firma bancária auferiu maior rentabilidade em termos de ativo bancário nas regiões menos desenvolvidas onde apresentam uma maior preferência pela liquidez. Tal fato acaba por criar prerrogativas que justificam a inserção de políticas públicas para ocupar esse hiato financeiro e promover a expansão econômica regional.

O presente artigo é composto de quatro seções, incluindo esta introdução. A segunda seção aborda a importância do papel da moeda e dos bancos em economias monetárias para o desenvolvimento regional. Na terceira seção estão listados os indicadores selecionados para a análise empírica. Serão expostas as variáveis que permitem afirmar que a firma bancária, agindo sob a ótica de preferência pela liquidez, busca discriminar as regiões brasileiras em suas estratégias diferenciadas de gestão de ativo. Na quarta seção encontram-se as considerações finais.

4. Consiste em subsistema estatístico do sistema COSIF, contemplando a posição mensal dos saldos das principais rubricas de balancetes dos bancos comerciais e dos bancos múltiplos com carteira comercial. Esses dados contábeis, além de servirem para estudos macroeconômicos, são primordiais para a classificação das agências em função da praça em que estão instaladas.

5. Autores como Levine (1997) e Demirguc-Kunt e Levine (2004) fizeram contribuições importantes sobre a relação entre crescimento econômico e desenvolvimento financeiro a longo prazo e forneceram evidências empíricas sobre a existência de causalidade bidirecional entre eles.

6. A hipótese da não neutralidade da moeda na literatura econômica assume que decisões sobre a sua retenção têm impacto tanto no lado real da economia como no lado monetário. Esta hipótese confere à política monetária e aos bancos papel importante na alocação de recursos reais tanto no curto como no longo período.

7. Na ausência de imperfeições, no entanto, haveria sempre de existir imediato equilíbrio de fluxos financeiros entre poupadores e investidores, que garantiriam uma distribuição eficiente dos recursos financeiros entre as regiões. Assim, os bancos seriam neutros, apenas direcionando a poupança para os vários projetos de investimentos disponíveis.

8. Conforme apontado por Crocco (2010), as mudanças ocorridas no sistema financeiro internacional a partir dos anos 1970 geraram maior interesse pelos aspectos do desenvolvimento financeiro das regiões.

9. Keynes (1930[1971], 1937) discute o papel dos bancos e o problema da liquidez, pois assim como Schumpeter, acreditava que uma economia de troca é essencialmente distinta de uma economia monetária, na qual os bancos desempenham papel crucial. Nesta perspectiva, os empresários que desejam investir devem ter acesso ao crédito bancário para a mobilização de recursos iniciais, o que em uma economia monetária moderna,

2. A importância da moeda e dos bancos para o desenvolvimento regional

Estudos sobre a relação entre o sistema financeiro e o crescimento econômico têm se consolidado nas últimas décadas na literatura econômica.⁵ No entanto, em nível regional, estudos acadêmicos ainda privilegiam análises em termos reais, ou seja, consideram a disponibilidade de recursos, a mobilidade de fatores, os padrões de produção e de condições de mercado. Aspectos monetários e financeiros são amplamente negligenciados na explicação tanto para o crescimento econômico de regiões quanto para a explicação monetária da sua desigualdade (CHICK e DOW, 1988).

A partir da década de 1970, sob a hipótese de moeda não neutra⁶, estudos têm demonstrado que variáveis monetárias têm impactos diferenciados sobre as regiões de um país. Entre os economistas regionais a abordagem mais comum é que o sistema financeiro representado pela atuação bancária só influenciaria o rendimento regional na presença de algum tipo de falha de mercado, assimetria de informações e alto custo de transação, o que causaria segmentação no mercado de crédito (ROBERTS E FISHKIN, 1979; MOORE E HILL, 1982; GREENWALD *et al*, 1993).⁷

A hipótese neste trabalho é a de que a disponibilidade de crédito regional é um importante propulsor do crescimento econômico na medida em que impulsiona a demanda agregada nas diferentes regiões. Assume-se assim que bancos locais influenciam o desenvolvimento regional ao afetarem a disponibilidade local de crédito. Desse modo, variáveis monetárias podem ser responsáveis pela manutenção e ampliação das diferenças de renda regionais. (AMADO, 1997, CHICK, 1986; DOW, 1990; RODRÍGUEZ-FUENTES, 1996; dentre outros)⁸

Resgatando os trabalhos de Keynes⁹, a moeda se distingue dos demais ativos por ser o mais líquido. Em um ambiente de incerteza não probabilística (entendida, portanto, como distinta de risco) a demanda por moeda como ativo é uma escolha econômica racional. Em linhas gerais, para Keynes e seguidores, a demanda por moeda permeia todo o processo econômico, levando os agentes a tomarem decisões sobre a retenção de moeda ou de ativos menos líquidos baseado em expectativas no sentido de minimizar as perdas de capital cerceados pelo fator incerteza não probabilística.

De forma complementar, quanto ao sistema financeiro e mais precisamente da atuação da firma bancária, a concessão de crédito é considerada como de primordial importância para o funcionamento de uma economia moderna (FEIJÓ *et al*, 2012). Bancos, de acordo com sua disposição em ofertar crédito, determinam o ritmo da atividade econômica e neste sentido dão sustentação à demanda agregada. A decisão de conceder crédito, de acordo com suas

expectativas, pode viabilizar um volume de investimento acima da poupança e, conseqüentemente, um maior crescimento do produto.¹⁰

Nessa perspectiva, o volume de crédito a ser ofertado pelo banco irá depender da sua percepção de retorno em relação ao destino da alocação dos recursos. Ou seja, o volume de crédito depende de quanto o banco quer reter de liquidez a cada momento. Suponha uma situação na qual a autoridade monetária injete moeda na economia. Bancos, de acordo com suas expectativas (baseadas na incerteza não probabilística) podem não ampliar a oferta de crédito local. Esta seria uma escolha racional, se o estado de incerteza na economia é considerado elevado. A consequência deste comportamento no agregado é que não há nenhuma garantia de que os volumes de emprego e renda gerados na região serão os de equilíbrio de pleno emprego, pois uma parte da oferta de moeda pode não ser disponibilizada ao público (empresas e famílias). Conclui-se então que a oferta de crédito depende da preferência pela liquidez dos bancos. Assim, maior a preferência pela liquidez dos bancos, implica maior racionamento do crédito e maior o desemprego dos fatores de produção.

Um aprofundamento do raciocínio sobre o comportamento dos bancos sob a hipótese de incerteza não probabilística leva a que se interprete o crescimento desigual de regiões como relacionado ao desenvolvimento desigual do setor bancário. Dow (1982, 1990) mostra que o sistema financeiro regional com condicionantes do lado real da economia podem promover padrões de desenvolvimento regional desiguais. Isso porque: (a) bancos nacionais podem realizar menos empréstimos nas regiões pouco desenvolvidas, dado o controle sobre as suas filiais, e (b) bancos regionais podem preferir manter um elevado nível de reservas e restringir os empréstimos locais nas regiões menos desenvolvidas. Desta forma, pode-se dizer que o crescimento desigual entre regiões de um mesmo país pode ser explicado pelo fato de que regiões mais desenvolvidas tendem a apresentar menor preferência pela liquidez e melhores oportunidades de investimento e conseqüentemente de expansão da riqueza do que regiões menos desenvolvidas economicamente.

Uma conclusão que se segue é que o desenvolvimento desigual das regiões pode ser associado ao volume de crédito ofertado pelas instituições financeiras, as quais agem conforme a preferência pela liquidez de suas filiais nas diversas regiões onde atuam. Tal conduta possui um viés nada saudável para o desenvolvimento das regiões principalmente se for considerado a existência de um processo de causalção circular cumulativo, no sentido de Myrdal (1968), para explicar a divergência do processo de crescimento econômico entre países e regiões.

Nesse contexto, bancos poderiam ampliar as desigualdades regionais ao transferirem a poupança das regiões mais pobres para as mais ricas, como também poderiam exercer um papel positivo ao estender os efeitos da expansão econômica do centro desenvolvido para as regiões menos desenvolvidas.

seria realizado por meio de um fundo rotativo, administrado pelos bancos comerciais. Este investimento, uma vez realizado gera como contrapartida um volume de poupança que é idêntico ao *finance* inicial e que servirá de base para o *funding*.

10. Keynes (1930) discutiu com profundidade o papel dos bancos mostrando que bancos não são meros repassadores de poupança, mas têm uma atuação ativa no sistema produtivo. Com a introdução do princípio da demanda efetiva na *Teoria Geral do Emprego, Juro e da Moeda* (1936), Keynes inverteria o papel da poupança como fonte de fundos para os investimentos em relação ao pensamento econômico dominante à época. Esta inversão na relação de causalidade entre poupança e investimento trouxe profundas conseqüências para o entendimento de como bancos e firmas interagem, e, portanto, sobre o papel do sistema bancário no desenvolvimento de um país ou região.

O papel negativo é conhecido na literatura pelo termo “vazamento de depósitos”, ie, os dispêndios na região menos favorecida acabam por “vazar” para as regiões mais desenvolvidas pelo simples motivo de que as primeiras regiões são importadoras líquidas de bens e serviços das regiões provedoras desses recursos produtivos.

Sob a ótica da análise regional da atuação dos bancos, Dutra *et al* (2015), argumentam que a eficiência do sistema financeiro brasileiro, via atuação bancária, não deva ser avaliada somente pela sua eficiência operacional, ou seja, a eficiência do ponto de vista microeconômico. Os autores propõem que se leve em consideração principalmente a eficiência social, ou seja, o impacto da operação dos bancos em gerar mais crescimento e desenvolvimento econômico, e assim contribuir para reduzir a desigualdade regional no país. Assim, argumentam que bancos devem ser também funcionais do ponto de vista social. A funcionalidade social dos bancos deveria ser avaliada na medida em que a sua atuação nas regiões menos favorecidas se traduzisse ao longo do tempo em maior prosperidade econômica nessas regiões. Para tanto, seria necessário que a disposição na oferta de crédito, que oferece os meios para as contratações de meios de produção e criação de renda, prevaleça sobre a demanda por liquidez dos bancos, ou seja, que se estabeleça uma ligação profícua entre a direção de recursos monetários e financeiros para a sustentação do crescimento econômico.

Nesta linha de argumentação, vale ressaltar a contribuição de Amado (1997) que defende para o Brasil a atuação de políticas públicas visando romper o processo de geração de desigualdade econômica. A autora justifica a atuação dos bancos públicos em regiões de menor dinamismo econômico, complementando o hiato de liquidez, ou seja, esta atuação deveria ser no sentido de promover a desconcentração do crédito para as regiões menos dinâmicas, estimulando o desempenho dessas regiões, supondo-se que, como consequência dessa política, ocorra elevação do investimento, aumentando o emprego e gerando renda. Cria-se assim um processo de causação circular cumulativo positivo, no qual a maior oferta de moeda e o maior otimismo com as condições econômicas aos poucos faz diminuir a preferência pela liquidez da região.¹¹

Crocco e Figueiredo (2010), analisando o balanço consolidado das agências bancárias das regiões, concluíram que existem evidências da atuação heterogênea por parte da firma bancária. Segundo os autores, a firma bancária atua com uma estratégia mais defensiva em regiões menos desenvolvidas, o que, em virtude de um maior grau de incerteza econômica e de uma volatilidade mais acentuada da atividade econômica, levaria a uma redução da exposição ao risco de concessão de crédito.

De forma a contribuir empiricamente com o tema e para aprofundar a exposição dos dados buscando expandir a fronteira do conhecimento, a próxima seção irá apresentar indicadores que caracterizam o comportamento dos

11. Ver Ferreira Jr. *et al* (2012) que discorrem sobre a estratégia de política pública no Brasil de inclusão financeira para as regiões menos desenvolvidas via Sistema de Fomento e Financiamento do Desenvolvimento Local (SFDL) e também pelas agências de fomento como forma de complemento da oferta de recursos destinados às empresas.

bancos a nível regional que levam à manutenção da desigualdade econômica das regiões. Ademais, será visto também que o desempenho das estratégias diferenciadas de gestão do ativo bancário nas regiões acaba por impor essa diferença alocativa, confirmando a hipótese de que regiões menos desenvolvidas apresentam maior preferência pela liquidez, o que reforça as desigualdades regionais.

Serão utilizadas as informações obtidas com base no balanço das agências bancárias disponíveis no banco de dados da ESTBAN, do Banco Central do Brasil, para a construção de parte das variáveis explicativas. Esses dados contábeis contemplam a posição mensal dos saldos das principais rubricas de balancetes dos bancos comerciais e dos bancos múltiplos com carteira comercial e são primordiais para a classificação das agências em função da praça em que estão instaladas. Os dados foram tabulados e somados por Unidades Federativas e agregados por regiões. Para sustentar as contribuições desse estudo foram utilizadas as médias anuais dos dados.

3. A atuação dos bancos em um contexto de elevada desigualdade regional

3.1 - A desigualdade alocativa em termos regionais do sistema bancário

A grande desigualdade regional no Brasil pode ser ilustrada pelo fato de que mais de 70% do Produto Interno (PIB) se concentra nas regiões Sudeste e Sul, que também concentram mais de 80% do crédito (Tabela 1). Mais surpreendente ainda é observar que ocorreu de 2000 até 2012 (último dado disponível para o PIB regional) uma leve concentração na oferta de crédito, a despeito de uma leve desconcentração na geração do PIB.

Tabela 1 - Participação % das Operações de Crédito e do PIB por Regiões - 2000-2006-2012

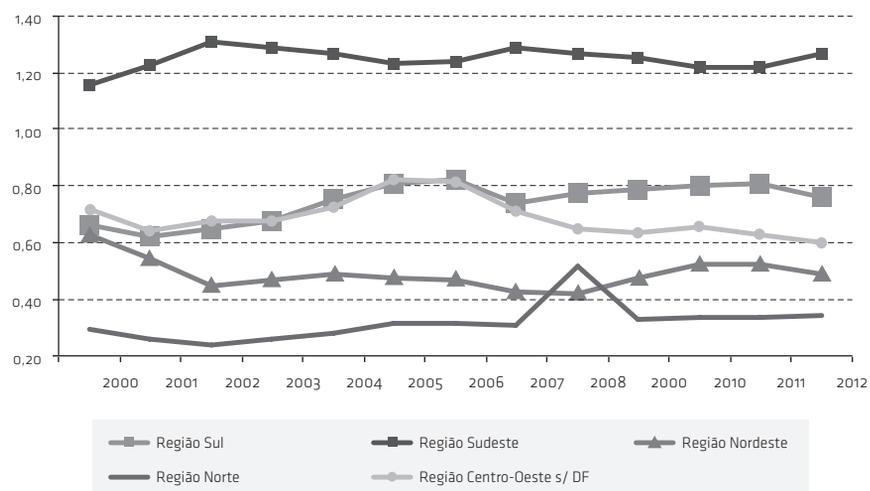
REGIÕES	2000		2006		2012	
	Oferta de Crédito %	PIB %	Oferta de Crédito %	PIB %	Oferta de Crédito %	PIB %
Sudeste	66,8	57,8	69,5	56,8	69,9	55,2
Sul	11,7	17,6	13,4	16,3	12,3	16,2
Nordeste	8,2	13,1	6,2	13,1	6,6	13,6
Norte	1,3	4,6	1,6	5,1	1,8	5,3
Centro-Oeste	11,9	7,0	9,3	8,7	9,4	9,8

Fonte: Estatísticas Bancárias por Municípios, ESTBAN do BCB e IBGE - Contas Regionais.

A Tabela 1 mostra que a região Norte, com menor participação no PIB, foi a que apresentou ganho relativo de 0,5 pp na participação do total de empréstimos de 2000 a 2012; por outro lado, a região Centro-Oeste teve ganhos em termos de participação do PIB e perdeu em termos de participação do total de suprimento de empréstimos. A região Nordeste manteve sua participação no PIB e perdeu participação na oferta total de empréstimos.

O Gráfico 1 ilustra a desigualdade na distribuição do crédito frente à distribuição da produção e renda no território nacional por intermédio do índice regional de crédito (IRC).¹² Este índice compara a participação de crédito de uma região no total de crédito concedido no país com a participação do produto da mesma no PIB nacional. Quando o IRC¹³ é maior que a unidade, indica que a região tem uma participação na distribuição do crédito superior à sua participação na distribuição do PIB, e quando o IRC é menor que a unidade, a região tem uma participação na distribuição do crédito menor que sua participação na distribuição do PIB. Vale ressaltar que o Distrito Federal foi excluído na construção do índice da Região Centro-Oeste, pois pelo fato de concentrar as instituições públicas federais dos três níveis de poder, apresenta características econômicas específicas que distorcem os indicadores bancários para fins de comparação com as demais regiões. Como esperado, a região Sudeste apresentou uma participação relativa do crédito superior à participação na distribuição da riqueza total em todo o período. As demais regiões apresentaram participação na distribuição do crédito menor que sua participação na distribuição do PIB.

Gráfico 1 - Índice Regional de Crédito: 2000 a 2012



12. A metodologia aplicada ao IRC, desenvolvida por Crocco (2010), é uma adaptação do conhecido “quociente locacional”, amplamente utilizado na literatura de economia regional para determinar a existência ou não de especialização produtiva em uma região específica.

13. A fórmula do IRC encontra-se no apêndice A.

Fonte: Estatísticas Bancárias por Municípios - ESTBAN, do Banco Central do Brasil, elaboração própria.

A grande desigualdade observada tanto na distribuição do crédito como também na geração de produto/renda em termos regionais traz consigo a possibilidade de vazamento de recursos das regiões menos desenvolvidas para as regiões mais desenvolvidas. Ou seja, a expansão do crédito na região menos desenvolvida, ao gerar novos depósitos nesta região, dada a relação de dependência das regiões mais desenvolvidas, gera demanda nestas últimas, caracterizando o vazamento de depósitos. A Tabela 2 mostra a relação entre as variáveis crédito e depósito, buscando capturar o processo de vazamento de depósitos.¹⁴ A construção da medida de vazamento de depósito segue Crocco (2003). O vazamento de depósito é um mecanismo perverso que tenderá a ocorrer quando a região for importadora líquida de recursos, reforçando o mecanismo de causalção cumulativa de Myrdal (1968).

14. Para a exposição dos vazamentos de depósitos foram utilizadas as contas: (160) Operações totais de crédito; (400) Depósitos à vista do governo; (410) Depósitos à vista do setor privado; (432) Depósitos a prazo.

Tabela 2 - Vazamento de Depósitos: 2000 a 2012

REGIÕES	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sul	-0,59%	-0,72%	-1,47%	-0,69%	0,74%	0,89%	-0,09%	-0,72%	0,53%	0,43%	0,86%	0,77%	0,07%
Sudeste	1,45%	3,87%	7,60%	5,23%	3,23%	3,46%	4,36%	7,88%	5,62%	2,75%	0,89%	1,76%	3,73%
Nordeste	-0,22%	-2,17%	-3,13%	-2,25%	-1,43%	-1,71%	-0,32%	-2,10%	-3,18%	-2,67%	-1,99%	-2,18%	-2,90%
Norte	-1,27%	-1,22%	-1,14%	-0,99%	-0,82%	-0,47%	-1,00%	-1,62%	-0,41%	-1,62%	-1,78%	-1,85%	-1,50%
Centro-Oeste	0,63%	0,23%	-1,86%	-1,30%	-1,72%	-2,16%	-2,94%	-3,44%	-2,55%	1,12%	2,03%	1,50%	0,60%

Fonte: Estatísticas Bancárias por Municípios - ESTBAN, do Banco Central do Brasil, elaboração própria.

A Tabela 2 mostra que o centro mais dinâmico, a região Sudeste, com valores positivos em relação às demais regiões, capta recursos gerados no sistema bancário das outras regiões, caracterizando o vazamento de depósitos das regiões menos desenvolvidas para a região mais desenvolvida. A região Sul, após o ano de 2004 também passa a incorporar recursos financeiros gerados nas regiões menos dinâmicas com exceções de 2006 e 2007. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (esta última apenas de 2002 até 2008) são exportadoras líquidas de recursos financeiros, o que já sinaliza para um grau mais elevado de preferência por liquidez nestas localidades.

Vale observar também que o vazamento de depósitos torna estéril o multiplicador de gastos autônomos, mesmo quando os recursos são oriundos dos bancos de desenvolvimento e agências de fomento local. Ou seja, políticas de fomento regional por parte de instituições públicas de crédito podem não estimular a demanda local e com isso não ter o efeito esperado para o desenvolvimento da região, se a relação de dependência nas trocas não for superada.

Tabela 3 - Total Absoluto e Participação das Agências Bancárias nas Regiões: 2000, 2003, 2006, 2009, 2012

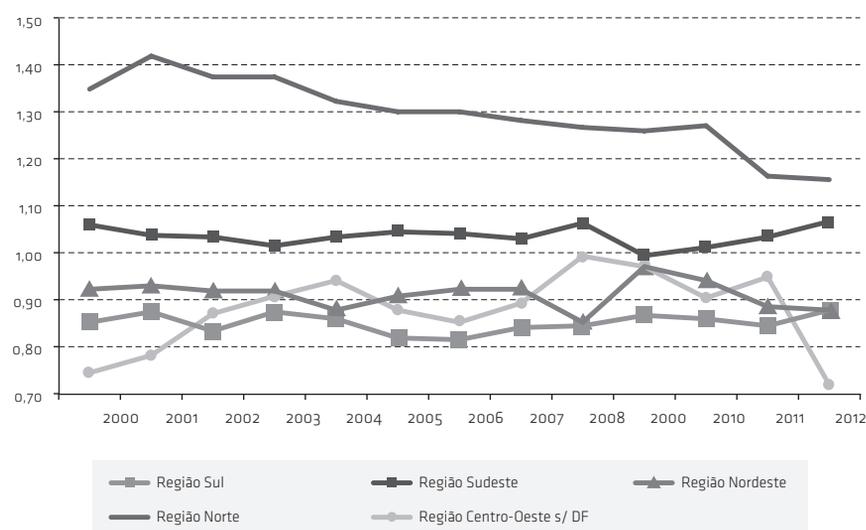
REGIÕES	2000		2003		2006		2009		2012	
Sul	3365	20,6%	3400	20,3%	3598	20,0%	3813	19,1%	4006	18,4%
Sudeste	8898	54,5%	9207	54,8%	9788	54,4%	11121	55,5%	11251	51,7%
Nordeste	2317	14,2%	2334	13,9%	2555	14,2%	2787	13,9%	3361	15,4%
Norte	557	3,4%	583	3,5%	701	3,9%	799	4,0%	991	4,6%
Centro-Oeste	1190	7,3%	1264	7,5%	1349	7,5%	1486	7,4%	2153	9,9%
Brasil	16327	100,0%	16788	100,0%	17991	100,0%	20006	100,0%	21762	100,0%

Fonte: Estatísticas Bancárias por Municípios - ESTBAN, do Banco Central do Brasil, elaboração própria.

Outra evidência da concentração bancária é apresentada na Tabela 3, com a distribuição das agências bancárias pelas regiões. Ela mostra como de 2000 a 2012 está avançando a capilaridade do atendimento bancário nas regiões brasileiras. Mesmo tendo havido um crescimento do número absoluto de agências bancárias em todas as regiões, é nítida a manutenção da concentração das mesmas na região Sudeste, que detêm mais de 50% de participação total. A participação das agências bancárias da região Sudeste é mais que o dobro da Região Sul, e quase quatro vezes maior que a Região Nordeste.

Uma explicação para a localização das agências bancárias é encontrada em Sicsú e Crocco (2003). Os autores identificam como fator explicativo mais importante o volume da renda monetária, e não a distribuição da população. Para chegarem a essa conclusão, os autores desenvolveram um índice espacial (IDEAB PIB) usando a razão das participações das agências bancárias de cada estado em relação ao total do país frente às participações do PIB de cada estado em relação ao Brasil, que apresentamos com dados de 2000 a 2012 no Gráfico 2.

Gráfico 2 - IDEAB (PIB): 2000 a 2012



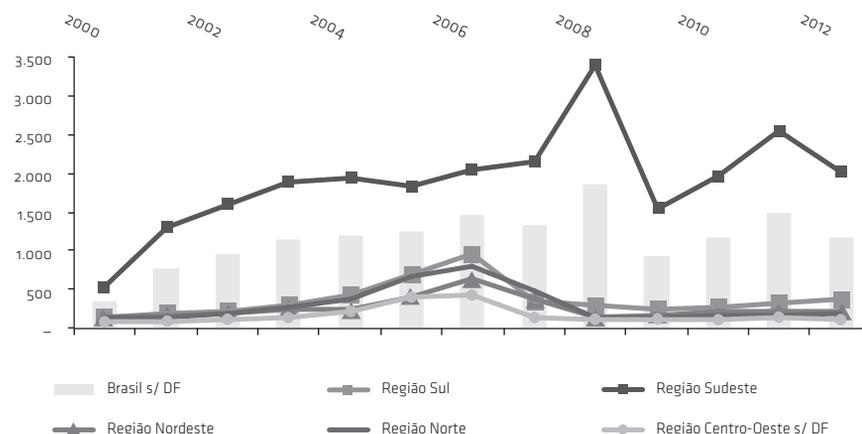
Fonte: Estatísticas Bancárias por Municípios - ESTBAN, do Banco Central do Brasil, elaboração própria.

15. A fórmula do IDEAB (PIB) encontra-se no apêndice A.

O Índice de Distribuição Espacial das Agências Bancárias (IDEAB (PIB)),¹⁵ quando igual à unidade, indica que a região ou o estado possui uma quantidade de agências em relação ao total de agências do país proporcional ao tamanho do seu PIB relativamente ao PIB do Brasil, isto é, não é um estado ou região concentrador de agências. Se o IDEAB (PIB) é maior que a unidade, a região ou o estado possui uma quantidade de agências em relação ao total de agências do país mais do que proporcional ao tamanho do seu PIB em relação ao PIB do Brasil, ou seja, é um estado ou região concentradora de agências. Se o IDEAB (PIB) é maior que zero e menor que a unidade, a região ou o estado possui uma quantidade de agências em relação ao total de agências do país menor do que o tamanho do seu PIB em relação ao PIB do Brasil, ou seja, pode ser considerado um estado carente de agências bancárias.

Pelo Gráfico 2, a região Norte possui como principal característica a de ser uma região concentradora de agências bancárias, ou seja, possui mais agências proporcionalmente ao tamanho do seu PIB do que outras regiões como as regiões Sul, Nordeste e Centro-Oeste (sem DF). Nesta mesma síntese, a região Sudeste possui em todo período uma compatibilização quase que perfeita das participações das agências bancárias frente ao tamanho da renda/produto ali gerado. Segundo Sicsú e Crocco, essa tendência revela uma estratégia do setor bancário de possuir agências em uma determinada localidade de acordo com o tamanho do PIB ali gerado, levando a um processo de concentração natural de agências, o que penalizaria outras regiões em desenvolvimento.

Gráfico 3 – Razão Ativo/Agências Bancárias por Região e Brasil: 2000 a 2012 – em R\$ Milhões



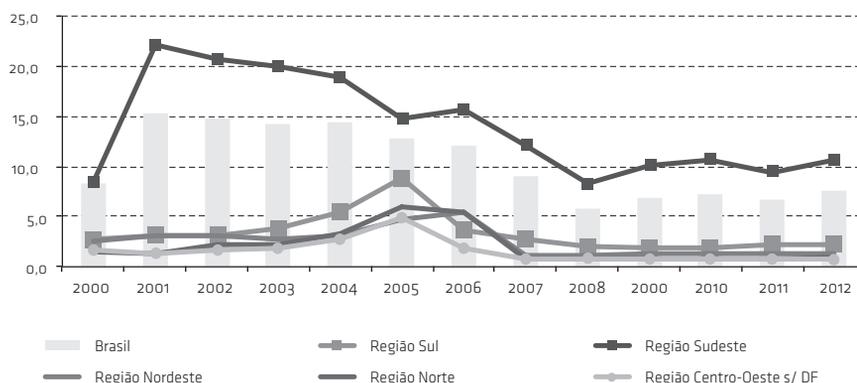
Fonte: Estatísticas Bancárias por Municípios – ESTBAN, do Banco Central do Brasil, elaboração própria.

Como mencionado, existe uma extensa literatura que estuda a relação entre o sistema financeiro e o crescimento econômico chamado de nexo finanças-crescimento. Com vistas a explorar também esse argumento foram construídos dois indicadores de escala do sistema bancário: participação regional da razão entre o Ativo e as agências bancárias (Gráfico 3) e o tamanho do sistema bancário medido pela participação regional do Ativo frente ao seu PIB (Gráfico 4). Estas medidas são comumente utilizadas como *proxies* para o grau de desenvolvimento financeiro.

Os resultados no Gráfico 3 expõem um padrão muito claro: a região Sudeste possui um ativo médio que impulsiona o resultado para o Brasil ratificando o peso da concentração nessa região. Observa-se também que a região Sudeste possuía uma expansão vigorosa do indicador no período 2000-2008, enquanto as demais regiões, embora apresentassem um leve crescimento no período 2000-2006, perdiam o peso de representatividade nacional nos anos 2006-2008, sendo esse último ano do contágio da crise financeira internacional. Após 2009, ano que a economia brasileira apresentou queda de 0,9% em seu PIB, a região Sudeste novamente se recupera com perdas ao fim do período.

A razão Ativo das instituições bancárias sobre o PIB, Gráfico 4, mostra o peso da atividade bancária em cada região, indicando o grau de desenvolvimento bancário em cada local. A região Sudeste apresenta a razão Ativo/PIB acima da média nacional. A menor razão é a da região Centro-Oeste. Em termos de evolução, o indicador mostra que para todas as regiões, com exceção da Sudeste, a razão é crescente até 2005 e decrescente após esta data. Na região Sudeste a tendência é de queda da atividade bancária em relação ao PIB. Fato interessante revelado por este indicador é que após 2008, ano inicial da crise financeira internacional, o indicador da região Sudeste mostra recuperação relativa, apontando que a região Sudeste se beneficiou do aumento da concentração bancária ocorrida no Brasil. Por fim, vale uma ressalva: a interpretação sobre o aprofundamento bancário à luz desse indicador nada informa sobre a funcionalidade das instituições financeiras privadas para o desenvolvimento das regiões, ou seja, pode-se observar que o peso da atividade bancária está aumentando na região, porém pouco se sabe sobre qual parcela desse recurso está efetivamente alocada no circuito produtivo na região (FEIJÓ *et al*, 2012).

Gráfico 4 - Razão Ativo/PIB por Região e Brasil 2000 a 2012



Fonte: Estatísticas Bancárias por Municípios - ESTBAN, do Banco Central do Brasil, elaboração própria.

Conclui-se que, baseado no conjunto de evidências empíricas vistas até aqui, a forte concentração bancária pela esfera financeira na região mais desenvolvida acaba por reforçar o caráter da desigualdade regional. O que veremos a seguir é que, por intermédio de estratégias de atuações diferenciadas dos bancos, variáveis monetárias poderão ser responsáveis pela manutenção e pela ampliação das diferenças de renda regionais, limitando a possibilidade do sistema bancário em ser funcional, do ponto de vista social, conforme Dutra *et al* (2015), para reduzir essas desigualdades.

3.2 - A gestão regional do ativo bancário como uma estratégia diferenciada

Crocco e Figueiredo (2010) desenvolvem o argumento de que os bancos apresentam evidências de estratégias diferenciadas nas diversas regiões brasileiras. Com o intuito de contribuir para o debate, nesta seção vamos analisar indicadores com variáveis de balanço que permitem identifica-la e diferenciá-las. Este exercício se faz mais relevante ao se considerar a afirmação de Crocco e Figueiredo, (2010), que chamam a atenção para o fato de o Banco Central do Brasil não incluir em suas análises tais diferenciações, por julgá-las irrelevantes dada a concepção de moeda neutra no território.

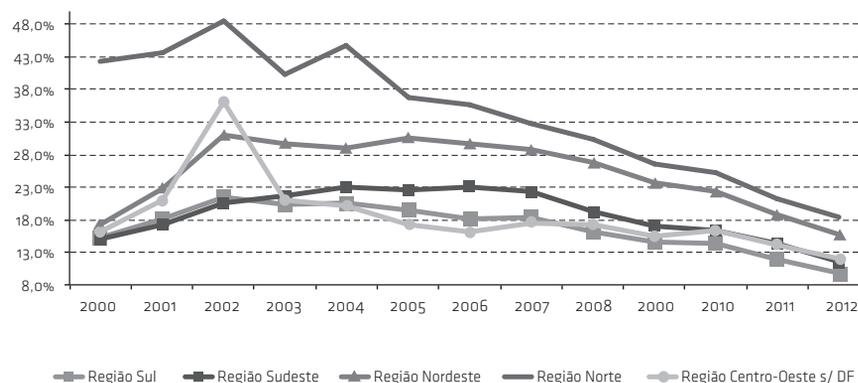
Para captar a relação dos bancos com a moeda diferenciando estratégias pela atuação regional, o primeiro indicador a ser apresentado é o que mede a preferência pela liquidez dos bancos. Esta medida indica a disposição dos bancos em abrir mão da segurança em termos de liquidez oferecida pela moeda por crédito, um ativo que envolve algum tipo de risco.

O indicador de preferência por liquidez por parte dos bancos (PLB)¹⁶ é apresentado no Gráfico 5. Esse indicador não capta apenas o comportamento

16. Conforme Crocco *et al* (2012) o PLB é definido como a razão entre o depósito à vista do setor privado (conta 410) e do governo (conta 400) pelas operações totais de crédito (conta 160) das regiões.

dos bancos quanto à liquidez, mas também dos seus clientes, posto que o numerador representa a disponibilidade dos indivíduos em ter seus ativos na forma mais líquida possível, enquanto o denominador revela a intenção do banco em reduzir o nível de liquidez dos seus ativos. Dessa forma, esse é o principal indicador para caracterizar as diferenças em relação à disposição dos bancos em emprestar em regiões periféricas (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) e centrais (Sudeste e Sul). Quanto maior o PLB, maior a preferência pela liquidez dos bancos, conseqüentemente, menor a disposição dos bancos em se tornar ilíquidos, ou seja, a ratificação da oferta de crédito.

Gráfico 5 - Índice de Preferência pela Liquidez por Região: 2000 a 2012



Fonte: Estatísticas Bancárias por Municípios - ESTBAN, do Banco Central do Brasil, elaboração própria.

Como esperado, os bancos nas regiões Sudeste e Sul, operando em um contexto de maior conteúdo informacional, apresentam o menor nível de preferência pela liquidez em relação às regiões periféricas. Ou seja, os indicadores de preferência pela liquidez das regiões confirmam a hipótese de que a preferência pela liquidez por parte dos bancos tende a ser maior em regiões menos desenvolvidas, onde as agências bancárias tendem a ser mais cautelosas em ofertar crédito, dado o menor grau de desenvolvimento, menor nível de conteúdo informacional e baixo nível de capilaridade dos bancos.

Outra medida que discrimina a forma de atuação das agências bancárias em relação ao crédito regional diz respeito à avaliação da razão Crédito total¹⁷ sobre Ativo bancário.¹⁸ Em um primeiro momento seria de se esperar que quanto maior a preferência pela liquidez das agências menor esta razão.

O Gráfico 6 mostra que, contrariamente ao que era de se esperar, a região Sudeste apresenta a menor proporção de crédito em relação ao ativo. Este

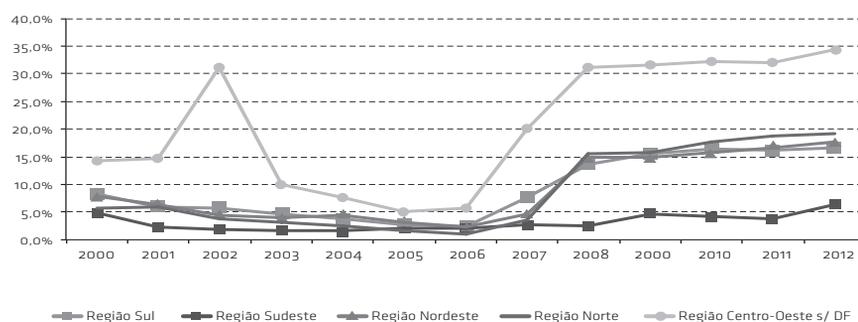
17. Conforme conta 160 – Operações totais de crédito.

18. Conforme conta 399 – Total do Ativo.

resultado poderia sinalizar que a atuação bancária nas demais regiões seria mais funcional alocando a maior parte dos seus recursos nas operações de crédito. No entanto, deve-se observar que o sistema bancário é extremamente centralizado, ou seja, as sedes dos bancos estão localizados na região Sudeste, o que implica que são as sedes que determinam a alocação de todos os recursos destinados a outras aplicações que não a concessão de crédito. Ou seja, compete às agências bancárias inseridas em regiões menos desenvolvidas apenas a liberdade de decidir sobre a oferta crédito. Em outras palavras, as agências nas regiões periféricas trabalham com ativos bancários extremamente simplificados.

19. Conforme conta 161 – Empréstimos e Títulos Descontados.

Gráfico 6 – Razão Crédito Total/Ativo 2000 a 2012



Fonte: Estatísticas Bancárias por Municípios - ESTBAN, do Banco Central do Brasil, elaboração própria.

No entanto, de forma a contribuir com o tema e tornar mais clara a exposição dos dados, optou-se por desdobrar as variáveis de crédito em termos de ativo por ordem decrescente de liquidez. Dessa forma, priorizou-se respectivamente os créditos de curto prazo e os financiamentos destinados à produção e agropecuários de mais longo prazo. É de se esperar que os bancos comerciais movidos pelos seus processos mercadológicos priorizam linhas de crédito de menor prazo, assumindo menores riscos na gestão dos recursos.

O Gráfico 7 mostra a evolução dos empréstimos de menor maturidade na contabilidade bancária: empréstimo pessoal; crédito consignado; cheque especial e capital de giro para empresas.¹⁹ Estes empréstimos envolvem pequenos valores e uma elevada taxa de juros, o que implica receitas por unidade de ativos mais elevada. Os dados mostram claramente que as regiões periféricas apresentam um peso expressivo em seu ativo bancário na modalidade de crédito de menor maturidade, principalmente após 2006. Esse resultado ratifica a exposição da estratégia do setor bancário em gerir de forma diferenciada o crédito em busca de maior rentabilidade, na parte mais curta em termos de prazos da variável crédito, e não em direção de promoção do desenvolvimento local.

20. Conforme conta 162: Financiamentos a Agentes Financeiros; Exportação; Operações de Arrendamento. Conta 167: Financiamentos Agroindustriais e conta 169: Financiamentos Imobiliários.

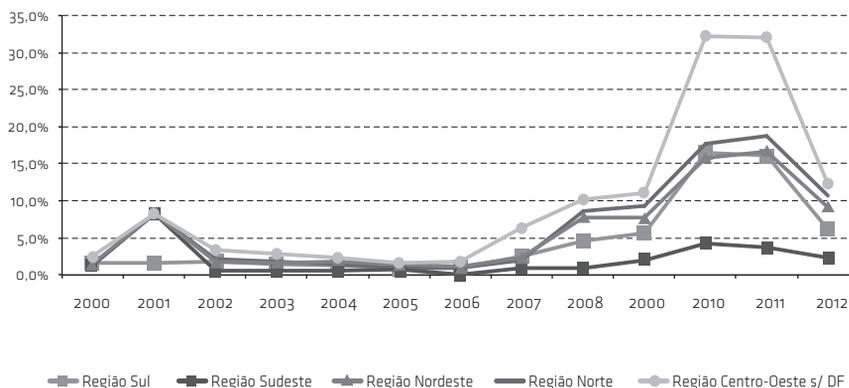
21. Financiamentos são as operações realizadas com destinação específica, vinculadas à comprovação de aplicação dos recursos. São exemplos os financiamentos de parques industriais, máquinas e equipamentos, bens de consumo durável, rurais e imobiliários.

22. Como condicionante da evolução positiva desse tipo de financiamento, dentro do limite institucional do regime de metas para a inflação, a queda da inflação, a partir de 2004, permitiu uma redução mais sustentada da taxa básica de juros, trazendo consigo um menor custo de repasse aos demandantes. Ademais, esse ajustamento permitiu aos agentes alongarem suas expectativas ratificando via demanda de recursos financeiros a sustentação do processo de formação de demanda efetiva.

23. O crédito rural foi sistematizado pela Lei nº 4.829/65 e disciplinado pelo Decreto nº 58.380/66, estando restrito ao campo específico do financiamento das atividades rurais como custeio, investimentos e comercialização. As contas utilizadas foram os Financiamentos Rurais para Agricultura e Pecuária para Custeio e Investimento (contas 163, 164) e Comercialização (contas 165, 166).

24. O crédito rural é tradicionalmente o principal instrumento de política econômica para o setor e tem impulsionado o crescimento da renda nas regiões periféricas, estimulando a utilização e a adoção de novas tecnologias, seja pela oferta de recursos financeiros

Gráfico 7 - Razão Crédito Curto Prazo/Ativo: 2000 a 2012

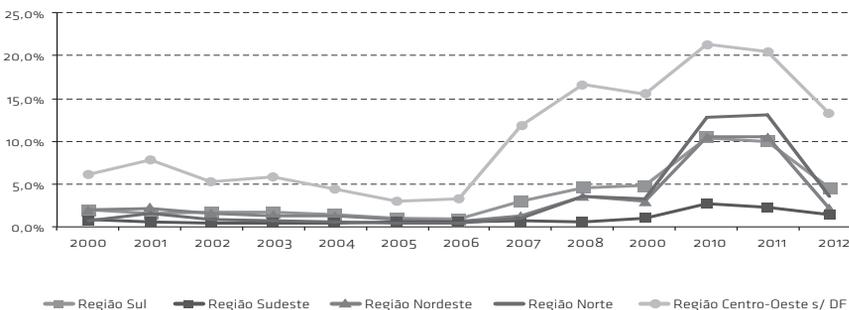


Fonte: Estatísticas Bancárias por Municípios - ESTBAN, do Banco Central do Brasil, elaboração própria.

O Gráfico 8 apresenta uma agregação²⁰ de financiamentos com termos de maturidade mais longos no portfólio dos bancos comerciais. Esses financiamentos incluem recursos destinados²¹ à produção para exportação, firmas agroindustriais e ao setor imobiliário.²² Denominaremos estas variáveis de financiamentos produtivos, visto que em grande parte correspondem a alocações de recursos direcionados, constituídos por política econômica.

Como exposto no Gráfico 8, as regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sul apresentam uma evolução significativa nos financiamentos produtivos pós ano 2006, sobretudo pós ano 2008, sustentada pelo uso dos recursos direcionados dos bancos federais. Tal análise permite concluir que o uso dessa política pública de promover maior nível de liquidez às regiões em desenvolvimento possibilitou incluir com mais intensidade essas regiões ao sistema financeiro bancário.

Gráfico 8 - Razão Financiamentos Produtivos/Ativo: 2000a2012

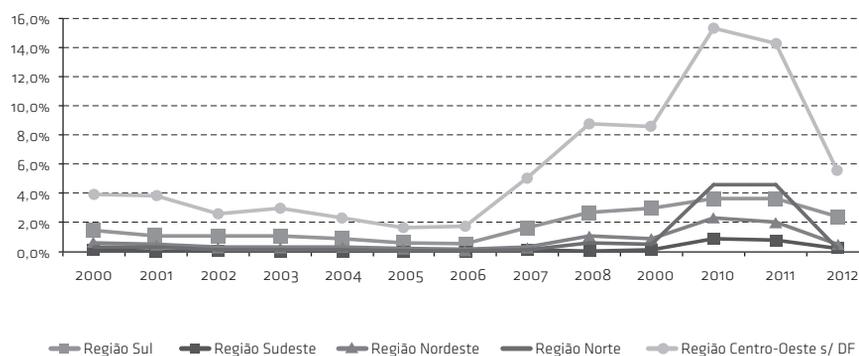


Fonte: Estatísticas Bancárias por Municípios - ESTBAN, do Banco Central do Brasil, elaboração própria.

Outra política pública de grande importância para o Brasil é a voltada para atender o financiamento do setor agropecuário. O Gráfico 9 mostra a evolução do financiamento à atividade agropecuária em particular voltada para custeio, investimento e comercialização.²³ Assim como mostrado no Gráfico 8, o Gráfico 9 explicita no mesmo sentido a importância da política pública em tornar mais abrangente o potencial inclusivo das regiões brasileiras de acordo com suas vocações produtivas.²⁴ Ou seja, políticas públicas sempre foram fundamentais para induzir a atuação dos bancos a nível regional para a sustentação no desenvolvimento da atividade agropecuária. A importância dos recursos destinados aos financiamentos rurais foi sustentada por essas políticas com ênfase para as regiões Centro-Oeste, Sul e Norte em termos de participação do ativo bancário.²⁵

No entanto, as evoluções dos diversos tipos de crédito guiadas pela lógica do mercado e sustentadas pelas políticas públicas não se deram de forma suave e consequentemente trouxeram consigo algumas inversões das estratégias de gestão do ativo por parte das firmas bancárias. Ao mesmo tempo que a economia brasileira experimentava um *boom* da variável crédito surgia, *pari passu*, o aumento da inadimplência, ocasionando perdas para os bancos via aumento do provisionamento das operações de crédito. Costa e Pinto (2013) ratificam este argumento e enfatizam que o aumento das perdas dos bancos privados foi sentido em ritmo superior ao da expansão da carteira de crédito que se refletiu em uma piora na qualidade desta.

Gráfico 9 – Razão Financiamentos Rurais/Ativo: 2000a2012



Fonte: Estatísticas Bancárias por Municípios – ESTBAN, do Banco Central do Brasil, elaboração própria.

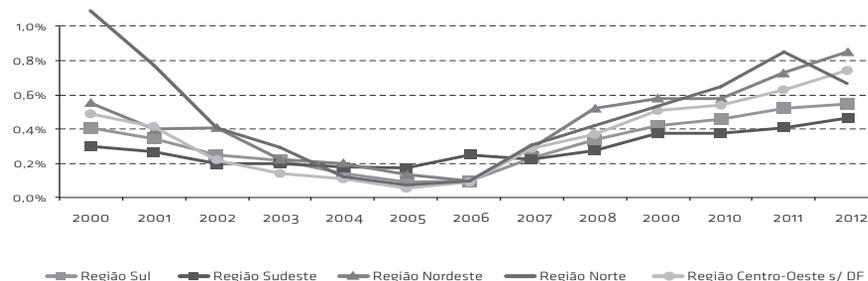
a custo compatível com as possibilidades de tomadores, seja pela geração de emprego e renda, pela fixação do trabalhador no campo. As principais fontes dos recursos aplicados no crédito rural são compulsórias via parcela de aplicação obrigatória dos depósitos à vista nos bancos (50% dos saldos dos financiamentos do Banco do Brasil e 75% dos aplicados pelos bancos privados) e repasses e refinanciamentos, representados pela caderneta de poupança rural, os Fundos Constitucionais, a parcela do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e outros menores.

25. Importante notar que apesar da queda de representatividade em termos de ativo bancário nos anos 2011-2012, os financiamentos rurais apresentaram crescimento real da evolução de recursos de 5,64% e 15,00%, respectivamente, conforme o Anuário Estatístico do Crédito Rural em 2012, disponível em <<http://www.bcb.gov.br/htms/creditorural/2012/produtCooper.asp?idpai=RELRRURAL2012>>.

O Gráfico 10 revela o quanto os bancos perceberam sua exposição ao risco ao ampliarem a partir de 2006 a oferta de crédito, conforme mostrado no Gráfico 6. Nesse sentido, como forma de mensurar e captar a percepção da incerteza nas decisões das firmas bancárias utilizou-se a conta contábil – provisões de operações de crédito²⁶ em termos de ativo bancário como uma *proxy* para esse mecanismo, ou seja, a percepção da incerteza.

No Gráfico 10 o ajustamento a ser observado é que quando há um aumento de provimento para créditos não pagos e/ou duvidosos o resultado que se espera é a piora do estado de expectativa bancária quanto ao futuro do ambiente econômico. O Gráfico 10 expõe que todas as regiões brasileiras, após 2006, apresentaram aumento de alocações de provisões de operações oriundo do aumento da inadimplência. No entanto, esse aumento em termos de ativo se deu em maior intensidade nas regiões menos desenvolvidas: Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Gráfico 10 – Provisões/Ativo: 2000 a 2012



Fonte: Estatísticas Bancárias por Municípios - ESTBAN, do Banco Central do Brasil, elaboração própria.

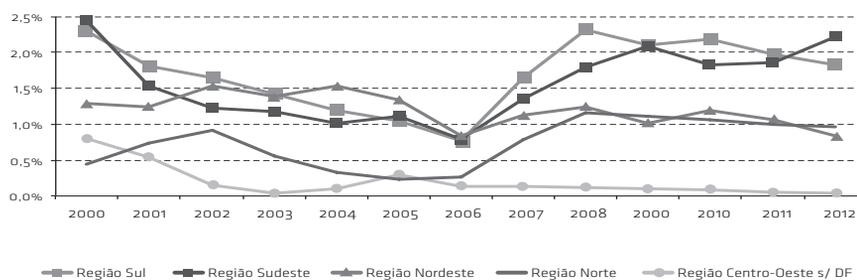
Outro indicador a ser explorado está no Gráfico 11 que mostra a evolução da razão Títulos e Valores Mobiliários (TVM)²⁷ em termos de Ativo bancário. Quanto maior a proporção do Ativo bancário alocado fora do circuito produtivo, ou seja, no circuito financeiro em títulos e valores mobiliários mais clara é a busca dos bancos por rentabilidade com segurança, em detrimento de rentabilidade com maior risco expressa no provimento de recursos ao setor produtivo. Vale observar que o sistema bancário gerencia essa alocação como uma segunda reserva de liquidez, dada a ampla liquidez que títulos públicos brasileiros oferecem. Assim, o Gráfico 11 mostra que todas as regiões, à exceção do Centro-Oeste, têm o mesmo comportamento defensivo retendo parte do seu ativo em títulos de elevada liquidez. Ou seja, o Gráfico 11 revela que sob a hipótese de que decisões da firma bancária são tomadas com base em expectativas sob incerteza, os bancos definem as suas

26. Conforme conta 174 – Provisões para Operações de Crédito.

27. Conforme conta 130 – Títulos e Valores Mobiliários.

estratégias de atuação (realização de operações de créditos e financiamentos e/ou aplicações em títulos) buscando compatibilizar suas carteiras de Ativos a uma relação entre rentabilidade e liquidez que julguem ter o melhor retorno. Isto implica que não necessariamente maior lucratividade está associada à concessão maior de empréstimos, se estes são percebidos como não compatíveis com a preferência pela liquidez da firma bancária.

Gráfico 11 – Títulos e Valores Mobiliários/Ativo: 2000 a 2012



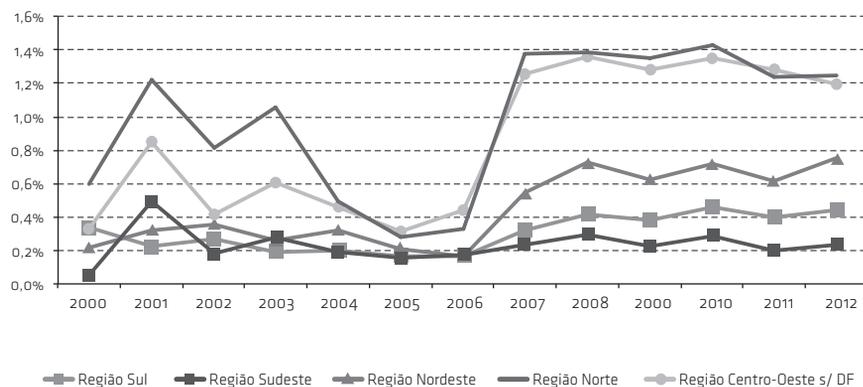
Fonte: Estatísticas Bancárias por Municípios – ESTBAN, do Banco Central do Brasil, elaboração própria.

Dessa forma, quando a razão TVM/Ativo aumenta, o ajustamento irá indicar que a firma bancária está preferindo alocar recursos em aplicações especulativas no mercado de títulos, em geral títulos públicos. Como a proporção do ativo bancário nas regiões Sudeste e Sul é muito maior do que nas demais regiões, as curvas para estas duas regiões situam-se em patamar mais elevado do que nas demais regiões. Desta forma, podemos dizer que a estratégia explícita do sistema bancário consiste em utilizar seu peso/tamanho desigual, em termos de Ativo, nas regiões mais desenvolvidas como forma de manutenção de lastro de liquidez a fim de se preservarem quanto ao recrudescimento da incerteza. Em termos de evolução temporal, o indicador apresenta forte elevação a partir de 2006 quando a economia brasileira apresentou taxas de crescimento elevadas, o que pode ser interpretado como um baixo comprometimento com a funcionalidade social.

Por fim, o Gráfico 12 mostra o índice rentabilidade²⁸ em termos de ativo, permitindo avaliar em que medida o sistema bancário transforma seus direitos e haveres em lucro contábil, ou seja, a capacidade da gestão do ativo em gerar ou não lucros. Com o Gráfico 12 é permitido afirmar que as regiões menos desenvolvidas (Norte, Centro-Oeste e Nordeste) são as que apresentam maior rentabilidade em termos de ativo. Essa observação indica que a relativamente pequena intermediação financeira realizada pelo sistema bancário nestas regiões não interfere na obtenção de lucros pelo mesmo. Isto, a despeito do fato de

que estas regiões emprestem proporcionalmente menos que seus respectivos PIBs, em razão grande parte à maior preferência pela liquidez dos bancos.

Gráfico 12 – Rentabilidade/Ativo: 2000 a 2012



Fonte: Estatísticas Bancárias por Municípios – ESTBAN, do Banco Central do Brasil, elaboração própria.

O Gráfico 12 permite concluir pelas evidências apresentadas que em regiões menos desenvolvidas, dada a escassez de liquidez, as firmas bancárias obtêm maior rentabilidade via instrumentos de crédito com baixa maturidade em termos de prazos e taxas de juros mais elevadas. Ou seja, sua atuação, mesmo com aumento da capilaridade das agências, não se distingue pela alocação de recursos com vistas à promoção do desenvolvimento local. No entanto, se tal estratégia nas agências em regiões periféricas implica aumento de percepção de perdas financeiras ocasionando um recrudescimento da percepção de incerteza quanto ao futuro do ambiente econômico, o que se observa é uma compensação via alocações que privilegiem a liquidez como os títulos e valores mobiliários. Este tipo de comportamento defensivo não distingue as regiões.

Comentários Finais

O objetivo deste trabalho foi o de contribuir com a ratificação de evidências de fortes indicações de estratégias diferenciadas de gestão do ativo bancário a nível regional, no período 2000-2012, que reforçariam as desigualdades regionais existentes. Confirmamos o que é assumido na teoria bancária pós-keynesiana que a variável mais importante no processo decisório das firmas bancárias é a preferência pela liquidez ancorada pela sua percepção quanto a

um futuro incerto. Dito de outra forma, a preferência pela liquidez é o fio condutor da orientação da firma bancária na alocação dos seus recursos com base nas avaliações de suas percepções quanto aos retornos esperados.

Dada essa premissa, identificamos que as firmas bancárias, valendo-se de suas alocações diferenciadas por região, buscam orientar e estimular a oferta de crédito para as regiões periféricas em prazos mais curtos, expondo uma estratégia do setor bancário em gerir de forma diferenciada o crédito em busca de maior rentabilidade, com menores riscos assumidos, e não em direção à promoção do desenvolvimento local.

Nesse contexto, políticas públicas, como o crédito direcionado e o crédito à agricultura oriundos da atuação de bancos públicos, podem ser utilizadas como mecanismo de complemento do hiato de recursos financeiros destinados ao financiamento das diversas demandas efetivas regionais e consequentemente o seu crescimento econômico. No entanto, vale a ressalva de que não se pode esperar que seja feito somente prescrições de políticas públicas passíveis de aplicação generalizada em todo o país. Essa constatação deve-se ao fato de que se levem em conta aspectos de natureza institucional na determinação do sistema de regulação mais adequado ao estabelecimento de um sistema financeiro regional mais efetivo do ponto de vista de seu suporte ao desenvolvimento econômico regional. Outras estratégias deveriam ser incluídas para que se evite o vazamento de fluxos financeiros para as regiões mais dinâmicas.

§

Referências

- AMADO, A. *Disparate Regional Development in Brazil: a monetary production approach*. Ashgate, 1997.
- CHICK, V. "The evolution of the banking system and the theory of saving, investment and interest". *Economies et Sociétés* 20, Cahiers de l'ISMEA, Série Monnaie et production, Paris, n. 3, 1986, p. 111-126.
- _____; DOW, S. C., Post-Keynesian perspective on the relation between banking and regional development. In ARESTIS P. (Ed.) *Post-Keynesian Monetary Economics: New Approaches to Financial Modelling*. Elgar, Aldershot, 1988.
- COSTA, F.N.; PINTO, G.M.A. Impactos da pressão para concorrência bancária no mercado de crédito brasileiro. Campinas: Editora da Unicamp, 2003 (Texto para Discussão n. 215).
- CROCCO, M.A. Financiamento do desenvolvimento Regional no Brasil: Diagnósticos e Propostas in *Agenda Brasil, Políticas Econômicas para o Crescimento com Estabilidade de Preços*, Manole, 2003, p. 295-329.
- _____. "Moeda e Desenvolvimento Regional e Urbano: uma leitura Keynesiana e sua aplicação ao caso Brasileiro". Tese submetida ao Concurso de Professor Titular, CEDEPLAR, abril 2010.
- _____; FIGUEIREDO, A.T.L. *Differentiated bank strategies across the territory: An exploratory analysis*, *Journal of Post Keynesian Economics*, 2010.
- _____; SILVA, F.F.; REZENDE, L.P.; RODRIGUEZ-FUENTES, C. J., . *Banks and Regional Development: An Empirical Analysis on the Determinants of Credit Availability in Brazilian Regions*, *Regional Studies*, 48:5, 2012, p. 883-895.
- DEMIRGUC-KUNT, A.; LEVINE, R. *Financial Structure and Economic Growth: A Cross-Country Comparison of Banks, Markets, and Development*. MIT Press, Cambridge, MA., 2004.
- DOW, S. C. *The regional composition of the money multiplier process*, *Scottish, Journal of Political Economy*, vol. 29, n. 1, 1982.
- _____. *Financial Markets and Regional Economic Development: The Canadian Experience*. Avebury, Aldershot, 1990.
- DUTRA, L. D.; BASTOS, J. C. A.; LAMONICA, M.T.; FEIJO, C. A. Desigualdade na oferta de crédito regional a pessoa jurídica: uma análise em painel para o período 2000-2011. *Economia & Sociedade*, vol. 24, 2015, p. 681-708.
- FEIJÓ, C.; GALEANO, E.V.; DUTRA, L.D.; LAMONICA, M.T. Uma Análise do Crédito Bancário para Pessoas jurídicas a partir de um Painel de Dados regional: 2000-2008; Working Paper n. 36; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, mar. 2012.
- FERREIRA JR, R. R.; SORGATO, L.A.A.; ROSÁRIO, F.J.P. Estratégias de Inclusão Financeira Produtiva em Regiões Periféricas: Uma Proposta para o Nordeste. VII Encontro de Economia Bahiana, set. 2012.
- GREENWALD, B. C.; LEVINSON, A.; STIGLITZ, J. E. *Capital market imperfections and regional economic development*. In GIOVANNINI A. (Ed.) *Finance and Development: Issues and Experience*. Cambridge University Press, Cambridge, 1993, p. 63-93.
- KEYNES, J. M. *Treatise on Money*, 2, 1930. 1971, "The Collected Writings of John Maynard Keynes", vol. 6, Londres, MacMillan.
- _____. "The general theory and after: part II, defence and development" (1937). As reimprinted in Reimprinted The Collected Writings of John Maynard Keynes, vol. XIV. London: Macmillan, 1973a, p. 179-183.
- LEVINE, R. *Financial development and economic growth: views and agenda*, *Journal of Economic Literature* 35(2), 1997, p. 688-726.
- MOORE, C. L.; HILL, J. M. Interregional arbitrage and the supply of loanable funds, *Journal of Regional Science* 22(4), 1982, p. 499-512.
- MYRDAL, G.. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- ROBERTS, R. B.; FISHKIND, H. *The role of monetary forces in regional economic activity: an econometric simulation analysis*, *Journal of Regional Science* 19(1), 1979, p. 15-29.
- RODRIGUEZ-FUENTES, C. J. "Política Monetária Y Economía Regional". Madrid, Consejo Economico Y Social, 1996.
- _____. *Regional Monetary Policy*. Routledge, New York, NY, 2006.
- SICSÚ, J.; CROCCO, M. Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro, *Revista ECONOMIA*, Niterói (RJ), vol. 4, n. 1, jan.-jun./ 2003, p. 85-112.
- STUDART, R. "Financiamento do Desenvolvimento". In: GIAMBIAGI, F. et al (Orgs), *Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2004*, Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

Referências das fontes de dados

- BCB – Banco Central do Brasil. Estatísticas Bancárias por municípios – ESTBAN. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>>. Acessado em 01/12/2015.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em 01/12/2015.

Recebido em 14/1/2016
e aceito em 28/4/2016.

Apêndice A

1. Cálculo do índice regional de crédito:

$$\text{IRC } i = (\text{CRED}i / (\text{CRED}br)) / (\text{PIBi}/\text{PIB}br)$$

Na Equação é apresentado o crédito para estado “i” (CREDi), o crédito do Brasil (CREDbr), o PIB do estado “i” (PIBi) e o PIB do Brasil (PIBbr). Formando, portanto, o IRC do estado “i” (IRCi). O cálculo do IRC para as regiões segue o mesmo procedimento.

2. Cálculo do índice de distribuição espacial das agências bancárias:

$$\text{IDEAB (PIB)}i = \text{PIB } i \text{ (região)} / \text{PIB (Brasil)} / \text{Agência } i \text{ (região)} / \text{Agência (Brasil)}$$

Apêndice B

Descrição da base de dados:

A base de dados – Estatísticas Bancárias por Municípios – ESTBAN, disponível no Banco Central do Brasil, disponibiliza dados financeiros apresentados em 83 contas. Os dados estão disponíveis a preços correntes. Os dados foram tabulados e somados por unidades federativas e agregados por regiões geográficas brasileiras. Foram utilizadas as médias anuais dos dados. Para construção das variáveis utilizadas no modelo foram utilizadas as seguintes contas:

1. Títulos e Valores Mobiliários (130)
2. Operações totais de crédito (160)
3. Empréstimos e Títulos Descontados (161)
4. Financiamentos a Agentes Financeiros; Exportação; Operações de Arrendamento (162)
5. Financiamentos Rurais – Agricultura – Custeio e Investimento (163)
6. Financiamentos Rurais – Pecuária – Custeio e Investimento (164)
7. Financiamentos Rurais – Agricultura – Comercialização (165)
8. Financiamentos Rurais – Pecuária – Comercialização (166)
9. Financiamentos Agroindustriais (167)
10. Financiamentos Imobiliários (169)
11. Provisões para Operações de Crédito (174)
12. Total do Ativo (399)
13. Depósitos à vista do governo (400)
14. Depósitos à vista do setor privado (410)
15. Depósitos a Prazo (432)
16. Contas de Resultado (710)